



Anais da Assembléia

N.º 148

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 1987

ANO XLII

1.ª **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA**
ATA DA 34.ª **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo, Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, David Cheriegatte, Paulino José Delazeri, Paulo Fuaratti e Pedro Tonelli (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs DTL/183, 184, 185, 186, 187 e 188/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

55/86 - Do Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que dispõe que os estabelecimentos de ensino deverão ter dependências adequadas ao preparo da merenda escolar e veda a utilização de salas de aula para tal finalidade, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.613.- Anote-se.- Arquite-se.

142/87 - Do Senhor Deputado HOMERO OGUIDO, que cria o Distrito Administrativo de Pau d'Alho do Sul, no município de ASSAÍ, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.615.- Anote-se.- Arquite-se.

202/87 - Do Senhor Deputado HOMERO OGUIDO, que dispõe que a Câmara Municipal de Cambé passa a contar, a partir da próxima legislatura, com 11 (onze) Vereadores, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.614.- Anote-se.- Arquite-se.

172/87 - Do Senhor Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.616.- Anote-se.- Arquite-se.

120/87 - Do Senhor Deputado ANTÔNIO BARRA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARIALVA, com sede e foro no município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.617.- Anote-se.- Arquite-se.

336/87 - Do Poder Executivo, que altera a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 8.618.- Anote-se.- Arquite-se.

Sob o n.º 1.894/87, do Senhor Deputado GILBERTO RODRIGUEZ - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o qual encaminhou MOÇÃO ao Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Presidente da União Parlamentar Interestadual, pelos relevantes serviços que vem desenvolvendo à frente dessa entidade.- Anote-se.- Arquite-se.

Expediente datado de 19 do mês em curso, do Senhor JOSÉ ALCIDES MARRONZINHO DE OLIVEIRA - Presidente Nacional do Partido Progressista, o qual comunica o deferimento do pedido de registro do Partido pelo Tribunal Superior Eleitoral e, informa que já existe Regionais em todos os Estados e

Territórios da Federação, bem como no Distrito Federal, em condições de lançar candidatos de Vereador a Presidente da República.- Anote-se.- Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei nº 370/87, constante da Ordem do Dia da presente sessão, em conformidade com o disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER que seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 366/87, por 5 sessões.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento do DR. JOÃO KRACIK NETO, ocorrido em 02 de dezembro.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do PMDB.

JUSTIFICATIVA:

Advogado, Dr. João Kracik Neto, Vereador em 1947, ocupou por dois períodos a Presidência da Câmara Municipal de Curitiba; empresário de renome; também agraciado com o título de "Cidadão Benemérito de Curitiba" e o título de MÉRITO Judiciário do Trabalho no grau de Comendador.

Dr. JOÃO KRACIK NETO fez história, como advogado, no campo do Trabalho e Previdência Social, e como empresário, político e intelectual, deixa uma lacuna no Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. JOÃO KRACIK NETO.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Dr. JOÃO KRACIK NETO destacou-se em todas as atividades das quais participou,

notadamente como liderança social e política.

Brilhante advogado, foi pioneiro na defesa do movimento sindical paranaense.

Eleito Vereador em 1947, ocupou por dois períodos a Presidência da Câmara Municipal de Curitiba.

Como empresário, ocupou sucessivamente, a Presidência da Servopa S/A., Federação do Comércio Varejista, Conselho Regional do SENAC, Centro Cultural Brasil Estados Unidos, Lions Club e Graciosa Country Club.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora VITALINA KAVINSKI, ocorrido nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade, faleceu, vítima de lamentável acidente de trânsito, a Senhora VITALINA KAVINSKI, viúva do Senhor ANTÔNIO KAVINSKI, deixando os filhos João Antônio, Luiz Marcos e Maria Elenita, bem como 5 netos e 4 bisnetos.

O passamento da Senhora Vitalina Kavinski veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Kavinski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Superintendente da FUNDEPAR, Professor EWALDO PODOLAN, solicitando a liberação de recursos para a cobertura, em estrutura pré-moldada, da cancha de esportes da Escola Estadual Professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffer - Ensino de 1º Grau, no município de Altônia.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A construção da cobertura na cancha de esportes da referida escola virá a proporcionar a melhor utilização daquele equipamento esportivo, proporcionando maior pe-

riodo de utilização, que em razão do sol causticante e intenso calor característico daquela região, limita os horários de atividades, principalmente das crianças de 1º Grau.

Virá ainda proporcionar, a referida cobertura, um local para reuniões de alunos, pais de alunos, professores e demais membros da comunidade escolar, além de constituir-se em local próprio para o desenvolvimento de atividades culturais, pois não existe naquele Município equipamento apropriado para o desenvolvimento destas atividades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte, Professor EDSON GRADIA, solicitando sua gestão no sentido de viabilizar a construção da cobertura da cancha de esporte da Escola Estadual Professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffer, em estrutura de pré-moldado, no município de Altônia.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O município de Altônia possui um contingente de jovens muito expressivo, porém o número de equipamentos esportivos não acompanham proporcionalmente esta realidade, ficando abaixo da média dos Municípios de seu porte no Estado. A construção da cobertura da cancha da Escola Estadual Professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffer virá a proporcionar maior tempo de utilização daquele equipamento esportivo, integrando maior número de jovens às práticas esportivas, bem como dando condição de fazê-la de forma mais apropriada, sendo que em razão do sol causticante e da elevada temperatura, nesta época do ano, tornou-se inadequado à prática de esporte em cancha aberta, principalmente a crianças de ensino de 1º Grau, limitando assim o tempo de utilização do equipamento esportivo, e necessariamente limitando o número de jovens integrados na prática esportiva.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Doutor BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, solicitando a liberação de recursos para a cobertura, em estrutura pré-moldada, da cancha de esportes da Escola Estadual Professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffer, Ensino de 1º

Grau, no município de Altônia.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

A construção da cobertura na cancha de esportes da referida escola virá a proporcionar a melhor utilização daquele equipamento esportivo, proporcionando maior período de utilização, que em razão do sol causticante e intenso calor característico daquela região, limita os horários de atividades, principalmente das crianças de 1º Grau.

Virá ainda proporcionar, a referida cobertura, um local para reuniões de alunos, pais de alunos, professores e demais membros da comunidade escolar, além de constituir-se em local próprio para o desenvolvimento de atividades culturais, pois não existe naquele Município equipamento apropriado para o desenvolvimento destas atividades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a A.P.M.I. de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A A.P.M.I. presta relevantes serviços àquela comunidade, através de serviços assistenciais. Este trabalho, considerado exemplar nas instituições do gênero, necessita de auxílio em função de dificuldades financeiras.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Associação Beneficente de Goioerê.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente de Goioerê é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços à comunidade local e da região. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a A.P.M.I. de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A A.P.M.I. de Campo Mourão é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços à comunidade daquela Cidade e região. Entretanto, por razões de defasagem orçamentária, em função dos índices inflacionários, a A.P.M.I. necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, nos termos da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Assembléia, o envio de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que preste os seguintes esclarecimentos a esta Casa Legislativa.

1º a) Quando foi aberta a conta nº 41200-1, existente no Banco do Estado do Paraná, Agência Comendador, em Curitiba, e destinada a receber depósitos efetuados pela Associação Profissional dos Agentes Lotéricos do Paraná?

b) Quem são os diretores dessa Associação?

2º a) Quem é o titular da referida conta?

b) Quem a movimentava?

3º a) A que título são feitos os depósitos bancários pela Associação Profissional dos Agentes Lotéricos?

b) Qual a origem ou procedência dos recursos depositados?

c) Qual a frequência dos depósitos (diários, semanais, mensais)?

d) A que proporção ou porcentagem correspondem ou obedecem?

e) Quem as estabeleceu ou estipula?

f) Quem e como se fiscaliza a exatidão dos depósitos?

4º a) Em que vem sendo aplicado o dinheiro depositado na conta nº 41200-1?

b) Quem o aplica e quais são os planos de sua aplicação?

c) Quanto já foi depositado, da abertura da conta até à presente data?

d) Quanto foi efetivamente aplicado?

e) Quais as entidades ou instituições beneficiadas?

f) Com quanto, cada uma?

g) Qual o montante dos recursos dispo-

níveis na aludida conta?

5º a) Como é feita a contabilização desses recursos?

b) Quem ou que órgão a processa?

6º a) Quem promoveu, em nome do Estado, os entendimentos com a Associação dos Agentes Lotéricos?

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

JUSTIFICATIVA:

Há tempos, a imprensa vem mencionando a existência de uma conta bancária na Agência Comendador, do BANESTADO, destinada a receber contribuições de "banqueiros" do jogo do bicho, feitas através de uma entidade que, ainda segundo a imprensa, denomina-se Associação Profissional dos Agentes Lotéricos do Paraná. De acordo com as mesmas fontes, os recursos aí amealhados seriam aplicados em programas de cunho social pelo Governo do Estado. Até mesmo a revista "Veja", edição nº 1.001, de 11 do corrente mês, aborda o assunto em sua página 42, sob o título "Paraná arrecada menos com o bicho".

Ora, não só pela constatação de que o jogo do bicho ainda figura no rol das contravenções penais, mas, principalmente, porque as coisas não são feitas às claras, pairam muitas dúvidas sobre tal procedimento.

Em primeiro lugar, é preciso saber até onde são verídicas as notícias sobre o envolvimento do Governo com os contraventores, seja qual for o disfarce que usem. Depois, é necessário que se procure dar "transparência" a mais essa ação governamental.

Que o Governo vem se valendo da contribuição dos "banqueiros" do bicho, já não resta, a esta altura, nenhuma dúvida. Principalmente depois que o diretor administrativo e financeiro da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, admitiu em entrevista ao Jornal "Folha de Londrina" (edição de 07.11.87), pág. 10, sob o título "Bicho: diretor da FASPAR admite depósitos semanais", a ligação Governo-contravenção não pode mais ser contestada. É pública e notória.

Resta, então, à comunidade paranaense conhecer os detalhes dessa "operação". Saber, por exemplo, quem compõe a direção da Associação Profissional dos Agentes Lotéricos do Paraná - citada pelo diretor da FASPAR -, bem como em nome de quem são feitos os depósitos, qual o montante já movimentado, os critérios de aplicação e a forma de contabilização dos recursos obtidos. Tudo isso precisa vir a público, já que o Governo insiste em proclamar-se defensor da "transparência" administrativa.

Finalmente, importa considerar, tam-

bém, que, sendo a Assembléia Legislativa não só um órgão fiscalizador dos atos e das ações do governo, mas também um canal de ligação entre o povo e o governo, nada mais justo que os seus integrantes tenham conhecimento amplo e minucioso acerca de uma questão de tal natureza e significado. E é exatamente por essa razão que, confiando na lucidez, no espírito público e na sinceridade de propósito de todos os integrantes deste Poder, formulamos o presente pedido de informações, pois só assim, com isenção de ânimo e pleno conhecimento de causa, poderemos bem avaliar a extensão dos fatos e suas implicações políticas e legais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 378/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Instalada no ano de 1978, no Município de Ribeirão do Pinhal, o LAR SÃO VICENTE DE PAULO vem, desde a época de sua criação, prestando relevantes serviços na área assistencial à população.

Tem a obra por finalidade a prática da caridade cristã pela assistência social e educativa, dando atenção especial aos idosos e inválidos.

Mantém ainda serviços a famílias necessitadas, dando-lhes moradia gratuita, encaminhamento para trabalhos, combatendo vícios e ociosidade, instruções para educação cívica-religiosa aos menores necessitados e outras atividades sócio-culturais.

Tendo em vista os benefícios desempenhados pela entidade acima mencionada, vê-se necessário torná-la de Utilidade Pública, por tão nobre ajuda destinada a população carente de Ribeirão do Pinhal.

Certos de que o pedido receberá total apoio, por parte dos nossos ilustres Pares da Casa, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos mesmos, solicitando sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem profundo caráter social e merece atenção maior por parte da nossa sociedade.

PROJETO DE LEI N° 379/87
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, o CAPÍTULO ÁGUA VERDE - AMORC, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA e

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis - AMORC, é uma fraternidade de âmbito internacional, não sectária, que orienta seus afiliados à investigação, estudo e aplicação das leis naturais que se manifestam no Universo, no Ser Humano e ao seu redor, tornando possível uma harmonização maior e melhor com as forças cósmicas construtivas.

A expansão da Cidade de Curitiba, as distâncias percorridas e o aumento do número de afiliados à Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis - AMORC, motivou para que fosse criado o CAPÍTULO ÁGUA VERDE - AMORC, corpo subordinado à Grande Loja do Brasil - AMORC. A sua localização facilitou para que os membros rasacruzados ali procurem reunir-se, sem a necessidade de percorrer maiores distâncias, se que isto venha afetar os princípios fundamentais da Ordem e seus ensinamentos.

Com o presente Projeto de Lei, buscamos estender o mesmo reconhecimento de UTILIDADE PÚBLICA, ao CAPÍTULO ÁGUA VERDE - AMORC, da mesma forma como através da Lei n° 5.812 de 19 de julho de 1968 (D.O. n° 116 de 20 de julho de 1968), foi assim declarada a Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis - AMORC - Grande Loja do Brasil e seu Corpo Subordinado, a Loja Curitiba.

PROJETO DE LEI N° 380/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito ao Engenheiro Dr. Deni Lineu Schwartz, pelos valiosíssimos e insofismáveis serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.12.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Deputados.

É com indizível satisfação que ora trazemos à apreciação deste augusto Plenário a proposição de concedermos o Título

sublime de Cidadão Benemérito ao ínclito Companheiro Deni Lineu Schwartz.

Nascido em 19 de fevereiro de 1938, na próspera Cidade de União da Vitória, filho de Leini Germano Schwartz e Dona Victória Germano Schwartz, formou-se Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Paraná, onde se aprimorou em cursos de Planejamento Administrativo e Social.

Foi Prefeito Municipal de Francisco Beltrão; foi Chefe do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná; Presidente do Clube Esportivo Recreativo "União", do "Desenvolvimento Municipal de Francisco Beltrão" e "Associação Municipal do Sudoeste Paranaense", daquele próspero Município; Representante do Governo do Estado do Paraná junto à "Superintendência de Valorização da Fronteira do Sudoeste do País" e junto ao "Conselho do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná" - GETSOP e seu Engenheiro Chefe em Francisco Beltrão.

Nesta Casa de Leis, no interregno de três Legislaturas, colaborou com as Comissões de Constituição e Justiça, de Orçamento, de Recursos Humanos, de Indústria e Comércio, de Segurança Pública, de Economia e Meio Ambiente, além de ter sido 2º Presidente e 3º Secretário.

Além de seus cargos e funções já mencionados, destacamos a sua brilhante administração à frente da Secretaria de Estado dos Transportes no Governo José Richa, e Ministro de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Em qualquer região de nosso abençoado Estado, encontramos as preciosas marcas de Deni Schwartz, tanto no social quanto no político; tanto na administração pública quanto na singeleza de coração.

Por todo seu trabalho, dedicação, abnegação, muitas vezes negligenciando atenção à sua própria família, queremos homenageá-lo por seu denodo em prol da sublime causa paranista.

Sua esposa, Dona Elair Santos Schwartz e seus filhos, Deni Lineu Schwartz Filho, Indira Vivace Schwartz e Virínia Vitória Schwartz, sempre foram sua maior equipe de apoio no incentivo, na compreensão, nas alegrias, nas tristezas, nas vitórias, nas conquistas, e principalmente nos momentos críticos, quando o homem público se vê pressionado pela situação caótica em que se encontra a política nacional, e por outro pelos próprios companheiros, que no afã de carrear todos os recursos possíveis através do homem público e para o bem comum, acabam por minarem todas as suas forças físicas e mentais, deixando-o muitas vezes prestes a desistir. Em todos esses momentos, a sua grande equipe familiar-político-espiritual, lhe deu equilíbrio e forças para o prosseguimento de

sua nobre e altruísta missão paranista.

É por estes e outros motivos, que sabemos ser a base de uma vida dedicada, totalmente, em favor do Paraná, que cremos no apoio dos nobres Pares, objetivando a aprovação deste Projeto, e assim honrarmos este grande homem, altamente técnico, reconhecidamente político e carismaticamente pessoa, o companheiro Deni Lineu Schwartz. É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Amélia Hruschka e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão de Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei nº 370/87. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado;

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 370/87, de autoria dos Deputados Homero Oguido e Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel especificado, pelos imóveis do Município de Londrina desafetos pela Lei Municipal nº 4.011, de 04.11.87. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Public. no DA. nº 147, de 02.12.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 370/87

O Projeto de Lei em exame, de autoria dos nobres Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Homero Oguido, autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel constante da quadra 11-A, da Planta da Cidade de Londrina, medindo 1.959,58m², com as benfeitorias nele existentes, de propriedade do Estado do Paraná, pelos imóveis de propriedade do Município de Londrina, desafetados pela Lei Municipal nº 4.011, de 04 de novembro de 1987.

Os imóveis que passarão ao domínio do Estado serão destinados à construção de um Distrito Policial, Sede Administrativa,

Carceragem, Instituto Médico Legal, Setor de Identificação e demais serviços correlatos.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental, por tratar-se de matéria meramente autorizatória.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.12.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 350/87, que visa majorar, a partir de 1º/01/88, os vencimentos dos Cargos Efetivos, em Comissão e Funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Aprovado.** (Public. no DA. nº 138, de 23.11.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 352/87, que reestrutura o Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, composto de cargos de provimento efetivo e em Comissão. **Aprovado.** (Public. no DA. nº 141, de 26.11.87, 1. Discussão, com alteração do Quadro abaixo).

ANEXO I
TABELA I
GRUPO OCUPACIONAL ESPECIAL
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

SITUAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO ATUAL			
Código	Nível	Denominação dos Cargos	Nº de Referência Cargos	Classe	Denominação dos Cargos	Nº de Referência Cargos	
pj.ta-100	1	Assessor Jurídico	6	PJ-I	I Assessor Jurídico	10	
pj.ta-100	2	Assessor Jurídico	4	PJ-I	II Assessor Jurídico	05	
pj.ta-100	3	Assessor Jurídico	10	PJ-I	III Assessor Jurídico	05	

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 008/87, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS DO PARANÁ - A.S.E.E.P., com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 188/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade

Pública o INSTITUTO EVANGÉLICO DE ASSISTÊNCIA DORCAS, em Londrina-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 317/87, de autoria do Deputado João Arruda, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Guilherme de Almeida, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Nova Izabel do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 319/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 331/87, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, que concede o Título Post Mortem de Vulto Emérito do Paraná ao Dr. Odilon Mader. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 347/87 de autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Albergues de Juventude -APRAJ, com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 348/87, de autoria do Deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Hauer, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 349/87, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Representantes Comerciais do Paraná", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto e Resolução nº 008/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por unanimidade, que dá nova redação ao parágrafo 5º, do artigo nº 123, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 084/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem nº 109/87 - ex-Proposição nº 88/87), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando à execução do Projeto Biomassa Energética no Estado do Paraná" e, ainda do 4º Termo Aditivo datado de 12.08.87 ao Convênio de 18.10.85, celebrado entre as mesmas Partes, com o objetivo de fornecer sementes e mudas selecionadas aos pequenos agricultores. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 085/87, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensagem nº 114/87 - ex-Proposição nº 093/87) - Aprova Convênio de Cooperação Técnica nº 31/87, celebrado em 19.10.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Antonina, figurando o DER como interveniente, objetivando a restauração de pavimento das ruas e avenidas do referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 102/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 51/87), objetivando introduzir modificações, conforme especifica, na Lei nº 6.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e I.C. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. nº 65, de 11.06.87.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R:

Com este Projeto de lei, encaminhado através da Mensagem Governamental n. 51/87, o Senhor Governador do Estado pretende introduzir modificações, na Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM).

Conforme a justificativa, tais alterações são indispensáveis face à conjuntura econômica do País após o plano cruzado, e visam reduzir a evasão da receita derivada decorrente da arrecadação do principal imposto estadual, o ICM.

De acordo com o art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas legais vigentes, merecendo nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 51/87, visa introduzir modificações na Lei Orgânica do ICM.

Os aspectos a serem modificados objetiva ajustar a Lei n. 6.364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM) à atual conjuntura econômica do País, visando reduzir a evasão da receita do Estado, derivada da arrecadação do ICM, que é a sua principal fonte de recursos.

Atualmente, o cálculo base para a atualização monetária dos créditos tributários do Estado calca-se nas variações das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

Como bem explicita a Mensagem, a partir de março do corrente ano, o Governo Federal passou a divulgar o valor oficial da OTN, após o dia 15 do mês subsequente, ficando o Estado sem índice que lhe servisse de base para o cálculo dos impostos e multas pagas do dia 1º ao dia 14 de cada mês, obrigando a Fazenda Pública a adotar índices provisórios com inúmeros transtornos tanto para a administração como para os contribuintes, uma vez que nem sempre estes coincidem com o índice oficial posteriormente divulgado pelo Governo.

Além desta, outras medidas de caráter correccional são propostas pela Mensagem, todas, porém, visando o ajuste e aprimoramento da função arrecadadora do Estado.

O Projeto, quanto seus aspectos legal e constitucional, já foi analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças, julgamos as medidas propostas meritórias, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de lei n. 102/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO
Presidente
CÂNDIDO BASTOS
Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N. 102/87

P A R E C E R:

O Presente Plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 51/87, objetiva modificações, conforme especifica, na Lei n. 6.364, de 29.12.72, (a chamada Lei Orgânica do ICM).

A Douta Comissão de Constituição e

Justiça, analisando o aspecto constitucional e legal do Projeto, deu Parecer favorável, por ser da competência pessoal do Chefe do Poder Executivo a iniciativa da matéria consubstanciada no Projeto de Lei em tela.

Igual Parecer favorável mereceu a matéria pela Comissão de Finanças, julgando as medidas como meritórias.

No que compete a esta Comissão de Indústria e Comércio, a qual compete se manifestar sobre os Projetos e matérias que digam respeito ao desenvolvimento econômico e aos assuntos pertinentes à indústria e ao comércio do Estado (Resolução n. 49/72, de 18.06.76) aprova a proposta apresentada, pelos motivos tão bem expostos nos dois Pareceres das Doutas Comissões acima mencionadas.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.87.

(aa) ANTÔNIO BÁRBARA

Presidente

NELSON VASCONCELLOS

Relator

Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, como está se apreciando em 1.ª Discussão essa Mensagem n. 51/87, cujo Projeto tem o número 102/87, Mensagem do Governador propondo modificações na Lei n. 6.364/72, Lei Orgânica do ICM. E como regimentalmente analisa-se em Plenário, nesta oportunidade, apenas o aspecto constitucional, não se entra no mérito de praxe de Regimento, portanto, esse Deputado pretende na oportunidade de 2.ª Discussão, fazer análise mais profunda do alcance da proposição do Senhor Governador, que é entendimento nosso deve alterar demais, aumentar demais o Imposto de ICM.

Desta forma já me antecipando, pretendo requerer que Vossa Excelência faça consignar nos atos da Ata dos trabalhos de hoje voto contrário da nossa Bancada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Presidência mandará anotar.

Em votação.

Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 320/87, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública o Centro Brasileiro dos Servidores Públicos, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 129, de 09.11.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 320/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, visa declarar de Utilidade Pública o Centro Brasileiro dos Servidores Públicos - CEBRASP - com sede e foro na Cidade de São Paulo e com representação neste Estado, sito à Rua Marcelino Champagnat, n. 760, em Curitiba.

Cumprindo os requisitos estabelecidos pela Lei n. 6994/78 e considerando os benefícios sociais que a referida entidade vem prestando à laboriosa classe dos Servidores Públicos, não só a nível nacional, como aos do nosso Estado, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei n. 320/78, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.11.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 366/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que ratifica os marcos implantados pelos ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambé, bem como a linha Reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.R.A., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA n. 142, de 27.11.87)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 366/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, teve Emenda Aditiva de Plenário, visando ratificação de marcos divisórios implantados pelo ITCF, entre os Municípios de Apucarana e Arapongas.

Pela documentação apresentada, o ITCF fez pronunciamento técnico sobre o assunto para que ficasse esclarecido as divisas já sacramentadas em lei, em respostas a requerimento aprovado pelo Douto Plenário.

Esta Comissão chamada a opinar não vê qualquer impedimento que obste a aprovação da matéria, tendo em vista o sentido de solucionar de uma vez por toda e quaisquer dúvidas com relação a tais divisas.

Somos, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei apresentado em Plenário, através deste parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO,
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
PROJETO DE LEI N. 366/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Domingos Scarpellini, visa ratificar os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambé, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas, conforme parecer do ITCF em anexo.

Esta proposição tem como objetivo, desfazer dúvidas existentes nas Comunidades de Arapongas e Apucarana, no que tange as divisas que circundam seus territórios.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 366/87, por 5 (cinco) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto retirado da Ordem do Dia por 5 sessões, o Projeto de Lei n. 366/87.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 094/87, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de Plebiscito na área compreendida pelo atual Distrito Administrativo de Santa Luzia da Alvorada e da sede do Município de São João do Ivaí, visando a criação do Município de Godoy Moreira. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 94/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área territorial adiante especificada, pertencente ao Município de São João do Ivaí, a fim de que seja consultada sua população, objetivando seu desmembramento para criação do Município de Godoy Moreira:

"Tem como ponto inicial a divisa do lote 20 da Gleba Nova, na margem direita do Rio Corumbataí; segue em linha reta e seca no sentido Leste, pela divisa do lote 20 (exclusivo) da Gleba Nova divisando com o Município de São João do Ivaí até o Rio da Bulha no cruzamento com a Estrada Beija-Flor; segue pela Estrada Beija-Flor até a Estrada Luar a Santa Luzia da Alvorada; pela Estrada Luar a Santa Luzia da Alvorada, divisando com o Município de São João do Ivaí, segue até o Córrego Fortuna; sobe

pelo Córrego Fortuna, até a sua nascente; da nascente do Córrego Fortuna, segue por linha reta e seca até a Estrada Fortuna; pela Estrada Fortuna segue até a Estrada Buriti-Pitoca; segue pela Estrada Buriti-Pitoca até a Estrada Santa Luzia da Alvorada-Pocinho; deste ponto, por uma linha reta e seca de sentido Leste, segue até a Foz do Córrego do Engenho no Córrego da Anta; pelo Córrego da Anta abaixo, até sua foz no Rio da Bulha; pelo Rio da Bulha abaixo até a Estrada São João do Ivaí a Santa Luzia da Alvorada, segue pela Estrada São João do Ivaí a Santa Luzia da Alvorada até a Água Rica; sobe pela Água Rica até a linha seca Norte da Gleba Suíça, na divisa com o Município de Lunardelli; pela linha seca Norte da Gleba Suíça, divisando com o Município de Lunardelli, segue até o Rio da Bulha; pelo Rio da Bulha acima até encontrar a linha de divisa da Gleba Suíça com a Gleba Lunardelli; segue pela linha seca de divisa da Gleba Suíça com a Gleba Lunardelli, divisando com o Município de Lunardelli, até a alcançar o Córrego Mangueirão; pelo Córrego Mangueirão acima até sua nascente; daí por uma linha reta e seca, até alcançar a cabeceira do Córrego Catabriga; pelo Córrego Catabriga abaixo, até a linha seca Sul da Gleba Lunardelli, deste ponto, pela linha seca Sul da Gleba Lunardelli, divisando com o Município de Jardim Alegre, segue até o Rio Corumbataí; pelo Rio Corumbataí abaixo, divisando com os Municípios de Iretama e Barbosa Ferraz, segue até a divisa do lote 20 da Gleba Nova, ponto de partida".

O Memorial Descritivo do Perímetro Urbano da sede do Município de Godoy Moreira, é o seguinte:

"Tem como ponto inicial a confluência da Rua Faxinal com a Rua Arapongas; segue pela Rua Arapongas até a Rua Londrina; pela Rua Londrina até o início da Quadra n. 10; deste ponto contornando-a até atingir a Rua São João; seguindo pela Rua São João até atingir a esquina da Rua Andirá; pela Rua Andirá até a quadra n. 36 (Ginásio) divisando com o lote Rural de n. 231 (exclusivo); deste ponto, seguindo até a divisa com o lote rural n. 230 (exclusivo); daí em linha reta, pela divisa do lote n. 42 com os lotes rurais ns. 229 e 228 até atingir a Travessa Mauá; pela Travessa Mauá até a Rua Umarama; segue pela Rua Umarama, divisando com o lote n. 227-A até o Cemitério; deste ponto, contornando-o e incluindo-o até alcançar a Rua Cianorte; pela Rua Cianorte até a Rua Arapongas; seguindo por esta até a Rua Faxinal, divisando com os lotes rurais ns. 1, 2 e 3; pela Rua Faxinal até a confluência com a Rua Arapongas, ponto inicial".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01.12.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Vitalina Kavinski, ocorrido nesta capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Kracik Neto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Esporte, encarecendo a construção da cobertura cancha de esporte da Escola Estadual Professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffer, em estrutura de pré-moldado, no Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a liberação de recursos para a cobertura, em estrutura pré-moldada, da cancha de esportes da Escola Estadual Professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffer, Ensino de 1º Grau, no Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Kracik Neto, ocorrido no dia 2 de dezembro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a A.P.M.I., no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da FAS-

PAR, encarecendo auxílio financeiro para a Associação Benéfica do Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, encarecendo auxílio financeiro para a A.P.M.I., no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações sobre recursos recebidos de proprietários de Casas Lotéricas do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo recursos para a cobertura, em estrutura pré-moldada, da cancha de esportes da escola Estadual professora Lúcia Alves de Oliveira Shoffer, ensino de 1º Grau, no Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para sexta-feira, dia 04, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 183/87

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 08/87, 188/87, 317/87, 319/87, 331/87, 347/87, 348/87 e 349/87

e dos Projetos de Resolução ns. 01/87, 84/87 e 85/87

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 102/87, 320/87 e 370/87.

e do Projeto de Resolução n. 94/87.

Lembra ainda, uma Sessão Solene, às quinze horas, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Leonel de Moura Brizola.

Levanta-se a sessão.